

0000000000

---

ESCRITURA PARTICULAR DA 6ª (SEXTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES  
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA,  
COM GARANTIAS ADICIONAIS REAIS, EM SÉRIE ÚNICA, PARA  
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CECRISA  
REVESTIMENTOS CERÂMICOS S.A.

entre

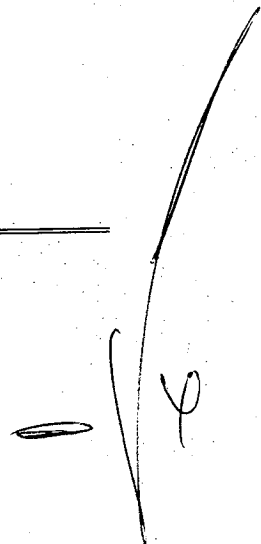
CECRISA REVESTIMENTOS CERÂMICOS S.A.  
*como Emissora,*

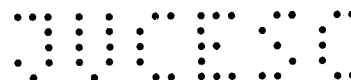
e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS  
*como Agente Fiduciário*

Datado de  
8 de dezembro de 2016

---





## ÍNDICE

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES .....	2
CLÁUSULA II REQUISITOS .....	2
CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO .....	4
CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES .....	6
CLÁUSULA V GARANTIAS REAIS .....	13
CLÁUSULA VI ADITAMENTOS .....	15
CLÁUSULA VII AQUISIÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA, OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO E VENCIMENTO ANTECIPADO .....	16
CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA .....	26
CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO .....	35
CLÁUSULA X ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS .....	44
CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA .....	46
CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS .....	49

0000000000

**ESCRITURA PARTICULAR DA 6ª (SEXTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIAS ADICIONAIS REAIS, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CECRISA REVESTIMENTOS CERÂMICOS S.A.**

Pelo presente instrumento particular,

- I. de um lado, na qualidade de companhia emissora das Debêntures (conforme definido abaixo):

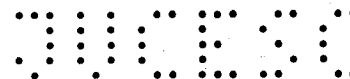
**CECRISA REVESTIMENTOS CERÂMICOS S.A.**, sociedade anônima sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, na Rod. BR 101, nº 2585, KM 392, Vila São Domingos, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 79.655.916/0001-30 e na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina ("JUCESC") sob o NIRE 42.3.0002073-7, neste ato representada por seus representantes legais devidamente constituídos na forma de seu Estatuto Social e identificados na respectiva página de assinatura deste instrumento ("Emissora"); e

- II. de outro lado, na qualidade de agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações");

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira constituída sob a forma de sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada por seu representante legal devidamente constituído na forma de seu Estatuto Social e identificado na respectiva página de assinatura deste instrumento ("Agente Fiduciário");

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte",

vêm, por esta e na melhor forma de direito, firmar a presente *"Escritura Particular da 6ª (Sexta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reais, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A."* ("Escritura de Emissão"), mediante as cláusulas e condições a seguir.



Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado que lhes é atribuído nesta Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso.

## CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES

### 1.1. Autorizações da Emissora

1.1.1. A presente Escritura de Emissão é firmada pela Emissora com base nas deliberações aprovadas em sua assembleia geral extraordinária de acionistas realizada em 8 de dezembro de 2016, na qual foram deliberadas (i) os principais termos e condições da Emissão e a realização da Oferta Restrita; e (ii) a prestação, pela Emissora, das Garantias Reais; tudo em conformidade com o artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações ("AGE da Emissora").

## CLÁUSULA II REQUISITOS

2.1. A presente 6ª (sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias adicionais reais, em série única, da Emissora, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Emissão", "Debêntures", "Oferta Restrita" e "Instrução CVM 476", respectivamente), somente será realizada com observância dos seguintes requisitos:

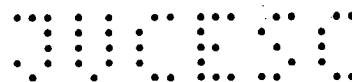
### 2.1.1. Arquivamento na JUCESC e Publicação da Ata das Aprovações Societárias

2.1.1.1. A ata da AGE da Emissora deverá ser devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina ("JUCESC") e publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina ("DOESC") e no jornal "Diário de Notícias", nos termos do artigo 62, inciso I, e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.1.2. A Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário cópia eletrônica, em formato "pdf", da ata da AGE da Emissora devidamente arquivada na JUCESC nos termos da cláusula 2.1.1.1 acima, bem como das respectivas publicações realizadas nos termos da cláusula 2.1.1.1 acima, em até 1 (um) Dia Útil após a obtenção do respectivo arquivamento e/ou realização das publicações, conforme aplicável.

### 2.1.2. Arquivamento da Escritura de Emissão na JUCESC

2.1.2.1. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos celebrados previamente ao início da distribuição das Debêntures deverão ser arquivados na JUCESC, conforme disposto no artigo 62, inciso II e § 3º, da Lei das Sociedades por Ações.



2.1.2.2. A Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário cópia eletrônica, em formato “pdf”, desta Escritura de Emissão e/ou seus eventuais aditamentos, conforme aplicável, devidamente arquivados na JUCESC nos termos da cláusula 2.1.2.1 acima em até 2 (dois) Dias Úteis após a obtenção do respectivo arquivamento, bem como encaminhar 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e/ou seus eventuais aditamentos, conforme aplicável, devidamente registrados na JUCESC nos termos da cláusula 2.1.2.1 acima em até 3 (três) Dias Úteis após a obtenção do respectivo registro.

### **2.1.3. Dispensa de Registro na CVM e Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”)**

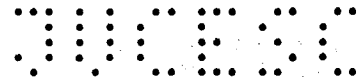
2.1.3.1 A Oferta Restrita será realizada nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.1.3.2. Por se tratar de oferta para distribuição pública com esforços restritos, a Oferta Restrita deverá ser registrada na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”), nos termos dos parágrafos 1º, inciso I, e 2º do artigo 1º do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários”, atualmente em vigor, exclusivamente para fins de envio de informações para a base de dados da ANBIMA, desde que expedidas diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA até a data de protocolo junto à CVM da comunicação de encerramento da Oferta Restrita, nos termos do artigo 8º da Instrução CVM 476 (“Comunicação de Encerramento”).

### **2.1.4. Depósito para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica**

2.1.4.1. As Debêntures serão depositadas para: (i) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”); e (ii) negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.1.4.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.1.4.1 desta Escritura de Emissão, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários, entre Investidores Qualificados, depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data de cada subscrição ou aquisição, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações previstas no artigo 17 de referida Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.



### CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

#### 3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social: (a) a fabricação e comércio de azulejos, seus acessórios e subprodutos, azulejos decorativos, ladrilhos, pisos de todos os tipos, pastilhas, tijolos refratários, louças, fritas, corantes, tijolos, telhas e produtos de cerâmica em geral, podendo importar e exportar, proceder pesquisas e lavras de jazidas de minerais, em conformidade com o Código de Minas e leis afins; (b) prestação de serviços relacionados à aplicação de revestimentos cerâmicos e outras obras de acabamento de construção; (c) compra e venda de imóveis; e (d) a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia, acionista ou quotista.

#### 3.2. Número da Emissão

3.2.1. A presente Emissão constitui a 6ª (sexta) emissão de debêntures da Emissora.

#### 3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão será de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) ("Valor Total da Emissão").

#### 3.4. Número de Séries

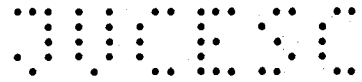
3.4.1. A Emissão será realizada em série única.

#### 3.5. Quantidade de Debêntures

3.5.1. Serão emitidas 100.000.000 (cem milhões) de Debêntures.

#### 3.6. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, sob o regime de garantia firme de subscrição para a totalidade das Debêntures, com intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, na qualidade de instituição intermediária líder ("Coordenador Líder"), e de outras instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários que venham a integrar o consórcio de distribuição (em conjunto com o Coordenador Líder, "Instituições Intermediárias"), de forma não solidária entre si, nos termos do "*Contrato de Coordenação, Estruturação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reais, em Série Única, da 6ª (Sexta) Emissão da Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A.*", a ser celebrado entre a Emissora e as Instituições Intermediárias ("Contrato de Distribuição").



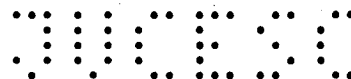
3.6.2. O plano de distribuição pública das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, no âmbito da Emissão, as Instituições Intermediárias: (i) somente poderão procurar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais; e (ii) as Debêntures somente poderão ser subscritas ou adquiridas por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais.

3.6.2.1. Nos termos da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada ("Instrução CVM 539"), e para fins da Oferta Restrita, serão considerados:

- (a) "Investidores Profissionais": (i) instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor profissional mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-A da Instrução CVM 539; (v) fundos de investimento; (vi) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM; (vii) agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (viii) investidores não residentes; e
- (b) "Investidores Qualificados": (i) Investidores Profissionais; (ii) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-B da Instrução CVM 539; (iii) as pessoas naturais que tenham sido aprovadas em exames de qualificação técnica ou possuam certificações aprovadas pela CVM como requisitos para o registro de agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários, em relação a seus recursos próprios; e (iv) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por um ou mais cotistas, que sejam investidores qualificados.

3.6.3. Cada Investidor Profissional deverá assinar declaração atestando, dentre outros, estar ciente de que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão; e (iii) efetuou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e sobre a constituição, suficiência e exequibilidade das Garantias Reais.

3.6.4. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelas Instituições Intermediárias aos Investidores Profissionais interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.



3.6.5. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

3.6.6. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

### **3.7. Banco Liquidante e Escriturador**

3.7.1. Para fins da presente Emissão, o banco liquidante da Emissão e o escriturador das Debêntures será o BANCO BRADESCO S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus s/nº, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante" e "Escriturador", conforme o caso).

### **3.8. Destinação dos Recursos**

3.8.1. Os recursos captados por meio da presente Emissão serão destinados ao resgate antecipado da totalidade das debêntures da 4ª (quarta) e da 5ª (quinta) emissões da Companhia e, caso sobejem recursos após os respectivos resgates da totalidade das debêntures da 4ª (quarta) e da 5ª (quinta) emissões da Companhia, ao reperfilamento do passivo da Companhia.

## **CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

### **4.1. Características Gerais**

#### **4.1.1. Valor Nominal Unitário**

4.1.1.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1,00 (um real) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

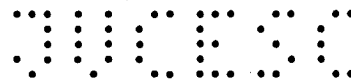
#### **4.1.2. Data de Emissão**

4.1.2.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 12 de dezembro de 2016 ("Data de Emissão").

#### **4.1.3. Prazo e Data de Vencimento**

4.1.3.1. Ressalvadas as hipóteses (i) de resgate antecipado da totalidade das Debêntures, nos termos das cláusulas 4.1.9.5 e 7.2.2 e seguintes desta Escritura de Emissão, ou (ii) de liquidação antecipada da totalidade das Debêntures em razão do vencimento antecipado de suas obrigações, nos termos da cláusula 7.3 Escritura de Emissão, as Debêntures terão prazo





de vencimento de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto em 12 de dezembro de 2021 ("Data de Vencimento"). Na Data de Vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures pelo Saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida e não paga, calculada conforme a Cláusula 4.1.9 desta Escritura de Emissão.

#### **4.1.4. Espécie**

4.1.4.1. As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantias adicionais reais sob condição suspensiva nos termos da Cláusula 5.1.1 abaixo, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e conforme detalhado na Cláusula V abaixo.

#### **4.1.5. Forma, Tipo e Conversibilidade**

4.1.5.1. As Debêntures serão nominativas e escriturais, simples, ou seja, não conversíveis em ações da Emissora, sem emissão de cautelas ou certificados.

#### **4.1.6. Comprovação de Titularidade das Debêntures**

4.1.6.1. A Emissora não emitirá certificados das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP, em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.

#### **4.1.7. Forma, Data e Preço de Subscrição e Integralização**

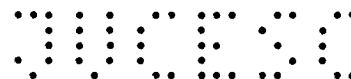
4.1.7.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista em moeda corrente nacional, no ato da subscrição ("Data de Subscrição"), pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures, sem acréscimo da Remuneração ou qualquer outro encargo ("Preço de Subscrição"), sendo considerada "Primeira Data de Integralização", para fins da presente Escritura de Emissão, a data da primeira subscrição e integralização das Debêntures. Caso ocorra a integralização das Debêntures em mais de uma data, o Preço de Subscrição para as Debêntures que foram integralizadas após a Primeira Data de Integralização será o Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização até a data de sua efetiva integralização.

#### **4.1.8. Atualização do Valor Nominal Unitário**

4.1.8.1. Não haverá atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

#### **4.1.9. Juros Remuneratórios**

4.1.9.1. As Debêntures renderão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um



dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de um *spread* ou sobretaxa de 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula especificada abaixo:

$$J = VNe \times (\text{Fator Juros} - 1)$$

onde:

J = Valor unitário da Remuneração, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final de cada Período de Capitalização;

VNe = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

Fator Juros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator Juros} = (\text{Fator DI} \times \text{Fator Spread})$$

onde:

Fator DI = produtório dos fatores das Taxas DI da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo da Remuneração exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

k = número de ordem dos fatores das Taxas DI, variando de 1 até "n";

n = número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro; e

TDI<sub>k</sub> = Taxa DI, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma;

DUCE

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

$k = 1, 2, \dots, n$ ;

$DI_k$  = Taxa DI de ordem  $k$ , divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

spread = 4,5000;

DP = É o número de Dias Úteis entre a Primeira Data de Integralização ou, Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, e a data de cálculo, exclusive, sendo "DP" um número inteiro;

- (i) O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.
- (ii) Efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- (iii) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.
- (iv) O fator resultante da expressão  $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$  é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.
- (v) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

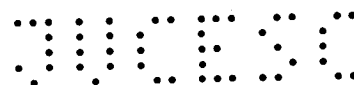
4.1.9.2. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI pela CETIP na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes desta Escritura de Emissão, inclusive a Remuneração, será aplicada, em sua substituição, a última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

4.1.9.3. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI às Debêntures, ou determinação judicial proibindo tal aplicação, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar, conforme o caso: (i) do 1º (primeiro) Dia Útil após a extinção da Taxa DI; (ii) do 1º (primeiro) Dia Útil após o período de 10 (dez) dias consecutivos em que a Taxa DI não tenha sido apurada e/ou divulgada; ou (iii) do 1º (primeiro) Dia Útil após a existência de impossibilidade legal ou de determinação judicial proibindo a aplicação da Taxa DI, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas, no modo e prazos estipulados na Cláusula X desta Escritura de Emissão e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, para a deliberação dos Debenturistas, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração que será aplicado, observado o disposto na Cláusula 4.1.9.5 desta Escritura de Emissão. Até a deliberação do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração, será utilizada a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da definição do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração.

4.1.9.4. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, a referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração desde o dia de sua indisponibilidade.

4.1.9.5. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 86% (oitenta e seis inteiros por cento) das Debêntures em circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures, no prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou no seu vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo seu Valor Nominal Unitário (ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) acrescido da Remuneração devida e não paga até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Primeira Data de Integralização (ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável). Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizado para a apuração da Remuneração a última Taxa DI divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas nesta Escritura de Emissão para fins de cálculo da Remuneração.

4.1.9.6. Para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures, define-se "Período de Capitalização" como o intervalo de tempo que se inicia na Primeira Data de Integralização, inclusive, e termina na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente posterior, exclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente posterior, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.



4.1.9.7. Define-se “Saldo do Valor Nominal Unitário” como o Valor Nominal Unitário remanescente após cada Data de Amortização ou após a realização de uma amortização extraordinária no âmbito de uma Oferta de Amortização Extraordinária, conforme previstas respectivamente nas Cláusula 4.1.12 e 7.2.3 desta Escritura de Emissão.

4.1.9.8. Farão jus à Remuneração e a qualquer pagamento relativo à amortização das Debêntures aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração e a cada Data de Amortização, respectivamente.

#### **4.1.10. Pagamento da Remuneração**

4.1.10.1. A Remuneração será paga em parcelas trimestrais e consecutivas, a partir da Data de Emissão, no dia 12 dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 12 de março de 2017 e o último pagamento devido na Data de Vencimento, ressalvadas as hipóteses (i) de resgate antecipado da totalidade das Debêntures, nos termos das cláusulas 4.1.9.5 e 7.2.2 e seguintes desta Escritura de Emissão, ou (ii) de liquidação antecipada da totalidade das Debêntures em razão do vencimento antecipado de suas obrigações, nos termos da cláusula 7.3 desta Escritura de Emissão (cada uma, uma “Data de Pagamento da Remuneração”).

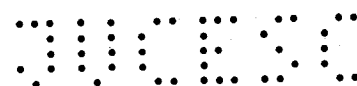
#### **4.1.11. Repactuação**

4.1.11.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

#### **4.1.12. Amortização**

4.1.12.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado nos percentuais e datas abaixo indicados, em 17 (dezessete) parcelas trimestrais e consecutivas, sendo a primeira parcela paga a partir do 12º (décimo segundo) mês, inclusive, a contar da Data de Emissão, ou seja, em 12 de dezembro de 2017, conforme abaixo (cada uma, uma “Data de Amortização”), ressalvadas as hipóteses (i) de resgate antecipado da totalidade das Debêntures, nos termos das cláusulas 4.1.9.5 e 7.2.2 e seguintes desta Escritura de Emissão, ou (ii) de liquidação antecipada da totalidade das Debêntures em razão do vencimento antecipado de suas obrigações, nos termos da cláusula 7.3 desta Escritura de Emissão:

<b>Parcela</b>	<b>Data de Pagamento</b>	<b>Percentual Amortizado do Valor Nominal Unitário</b>
1	12/12/2017	4,0000%
2	12/03/2018	4,0000%
3	12/06/2018	4,0000%
4	12/09/2018	4,0000%
5	12/12/2018	4,0000%
6	12/03/2019	5,0000%



Parcela	Data de Pagamento	Percentual Amortizado do Valor Nominal Unitário
7	12/06/2019	5,0000%
8	12/09/2019	5,0000%
9	12/12/2019	5,0000%
10	12/03/2020	7,5000%
11	12/06/2020	7,5000%
12	12/09/2020	7,5000%
13	12/12/2020	7,5000%
14	12/03/2021	7,5000%
15	12/06/2021	7,5000%
16	12/09/2021	7,5000%
17	Data de Vencimento	Saldo do Valor Nominal Unitário

#### **4.1.13. Local de Pagamento e Imunidade Tributária**

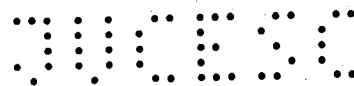
4.1.13.1. Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Emissora (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (ii) por meio do Banco Liquidante, para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.1.13.2. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes das datas previstas de pagamento das Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor, como se não fosse imune ou gozasse de isenção tributária. Caso a documentação comprobatória da imunidade de que trata esta Cláusula não seja suficiente para comprová-la, o pagamento será realizado com o desconto da alíquota dos tributos incidentes.

#### **4.1.14. Prorrogação dos Prazos**

4.1.14.1. Para os fins desta Escritura de Emissão, considera-se Dia Útil qualquer dia que não seja sábado, domingo, feriado declarado nacional (“Dia Útil” e, no plural, “Dias Úteis”).

4.1.14.2. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes desta Escritura de Emissão, até o primeiro Dia Útil subsequente, caso a data de vencimento da respectiva obrigação coincida com dia que não seja Dia Útil, ou em que não haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá



prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

#### **4.1.15. Encargos Moratórios**

4.1.15.1. Sem prejuízo da Remuneração e do disposto na Cláusula VII abaixo, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de natureza não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor total devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês ou fração, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança (em conjunto, "Encargos Moratórios").

#### **4.1.16. Decadência dos Direitos aos Acréscimos**

4.1.16.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento.

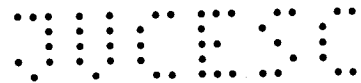
#### **4.1.17. Publicidade**

4.1.17.1. Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas, serão publicados no DOESC e no jornal "Diário de Notícias", conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, e na página da Emissora na internet (<http://www.ceramicaportinari.com.br/quem-somos/relacionamento-com-investidores/>), observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Emissão e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

4.1.17.2. Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá, em até 10 (dez) Dias Úteis da realização do ato societário que aprovou tal alteração, enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo.

### **CLÁUSULA V GARANTIAS REAIS**

5.1. Em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora relativas às Debêntures e demais obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, a Emissora constituirá, de forma irrevogável e

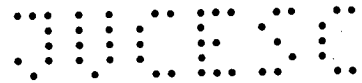


irretratável, em favor dos Debenturistas, os seguintes direitos reais de garantia (em conjunto, "Garantias Reais"):

- (i) cessão fiduciária em garantia da totalidade dos direitos creditórios principais e acessórios de titularidade da Emissora oriundos da carteira de recebíveis performados, atuais e futuros, representados por notas fiscais, duplicatas, faturas, notas de débito ou outros instrumentos, que contenham ou não cláusula de desconto, em cobrança registrada no Banco Bradesco S.A. ("Recebíveis"), com o volume mínimo de 26% (vinte e seis por cento) do saldo devedor da Emissão (assim entendido o valor de principal acrescido da Remuneração devida e não paga e demais encargos eventualmente aplicáveis) ("Índice de Cobertura dos Direitos Creditórios"), bem como sobre a conta vinculada na qual serão mantidos os recebíveis aqui indicados, sendo certo que o Índice de Cobertura dos Direitos Creditórios deverá ser verificado mensalmente pelo Agente Fiduciário, tudo nos termos do respectivo contrato de cessão fiduciária a ser celebrado pela Emissora ("Contrato de Cessão Fiduciária");
- (ii) alienação fiduciária em garantia dos seguintes imóveis: (a) unidade industrial da Emissora localizada no Município de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais, inclusive edificações ("Imóvel de Santa Luzia"); e (b) unidade industrial da Emissora localizada no Município de Tubarão, Estado de Santa Catarina, inclusive edificações ("Imóvel de Tubarão" e, em conjunto com o Imóvel de Santa Luzia, "Imóveis"); no valor mínimo de execução forçada equivalente a R\$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de reais) (considerando-se os Imóveis em conjunto), conforme aferido anualmente por empresa avaliadora a ser contratada para este fim, nos termos dos respectivos contratos de alienação fiduciária a serem celebrados pela Emissora ("Contratos de Alienação Fiduciária de Imóveis"); e
- (iii) alienação fiduciária de máquinas e equipamentos integrantes da unidade industrial localizada no Município de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais, no valor mínimo de execução forçada equivalente a R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais), conforme aferido anualmente por empresa avaliadora a ser contratada para este fim, nos termos do respectivo contrato de alienação fiduciária a ser celebrado pela Emissora ("Contrato de Alienação Fiduciária de Máquinas e Equipamentos" e, em conjunto com o Contrato de Cessão Fiduciária e os Contratos de Alienação Fiduciária de Imóveis, "Contratos de Garantia").

5.1.1. A eficácia dos Contratos de Garantia estará condicionada à definitiva liberação e consequente extinção dos ônus atualmente existentes sobre os bens e direitos objeto de tais Contratos de Garantia no âmbito da 5ª emissão de debêntures da Companhia e, no caso do Contrato de Alienação Fiduciária de Máquinas e Equipamentos, estará condicionada também à definitiva liberação e consequente extinção da penhora existente sobre os equipamentos objeto da referida garantia no âmbito da execução fiscal nº 0245.06.096475-7 ("Condição Suspensiva"), nos termos e prazos a serem previstos nos respectivos Contratos de Garantia, observado o disposto nas cláusulas 5.3 e 5.4 abaixo.





5.2. Caso seja verificado, a qualquer momento durante a vigência das Debêntures, que o valor dos Recebíveis (conforme apurado em qualquer uma das datas de verificação especificadas no Contrato de Cessão Fiduciária), acrescido do valor de avaliação de qualquer um dos Imóveis (conforme venha a ser especificado no respectivo Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel) corresponde a 100% (cem por cento) do saldo devedor da Emissão (assim entendido o valor de principal acrescido da Remuneração devida e não paga e demais encargos eventualmente aplicáveis) ("Valor Mínimo das Garantias"), a Emissora poderá solicitar a liberação da Garantia Real representada pela alienação fiduciária do Imóvel não utilizado para atendimento do Valor Mínimo das Garantias ("Imóvel Liberado"), sendo certo que o valor de avaliação do Imóvel utilizado para atendimento do Valor Mínimo das Garantias deve ser apurado com base em laudo de avaliação emitido há no máximo de 4 (quatro) meses contados da data em que for solicitada a liberação da garantia pela Emissora. Caso o último laudo de avaliação do valor do imóvel tenha sido emitido há mais de 4 (quatro) meses contados da data de solicitação de liberação da garantia, a Emissora deverá, às suas expensas e em até 4 (quatro) Dias Úteis contados da data de tal solicitação, contratar uma das empresas especializadas a serem indicadas no respectivo Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel para elaborar laudo de avaliação do valor atualizado de tal Imóvel utilizado para atendimento do Valor Mínimo das Garantias no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de sua contratação, sendo certo que caso o novo laudo de avaliação não seja elaborado no prazo previsto a solicitação de liberação será cancelada e ambos os Imóveis serão mantidos como garantias.

5.2.1. A liberação do ônus constituído sobre o Imóvel Liberado nos termos da Cláusula 5.2 acima deverá ser formalizada mediante a celebração, pelo Agente Fiduciário, de respectivo termo de liberação da garantia, nos termos e prazos previstos no respectivo Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel.

5.3. O Contrato de Cessão Fiduciária e o Contrato de Alienação Fiduciária de Máquinas e Equipamentos deverão ser registrados nos respectivos cartórios competentes nos termos e prazos neles previstos.

5.4. Os Contratos de Alienação Fiduciária de Imóveis deverão ser registrados nos respectivos cartórios competentes nos termos e prazos neles previstos.

5.5. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário representando os Debenturistas, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese alguma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

## CLÁUSULA VI ADITAMENTOS

6.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser realizados por escrito, assinados por todas as partes desta Escritura de Emissão e arquivados na JUCESC.



6.1.1. As Partes concordam que a presente Escritura de Emissão poderá ser alterada, sem a necessidade de qualquer aprovação dos Debenturistas, sempre que e somente (i) quando verificado erro material, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético; ou ainda (ii) em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas.

6.2. Os aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser protocolados na JUCESC em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de sua celebração e arquivados em até 30 (trinta) dias contados da data de sua celebração.

6.3. A Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário cópia eletrônica, em formato "pdf", dos eventuais aditamentos devidamente arquivados na JUCESC nos termos desta Cláusula VI em até 2 (dois) Dias Úteis após a obtenção do respectivo arquivamento, bem como encaminhar 1 (uma) via original de tais eventuais aditamentos devidamente registrados na JUCESC nos termos desta Cláusula VI em até 3 (três) Dias Úteis após a obtenção do respectivo registro.

## **CLÁUSULA VII**

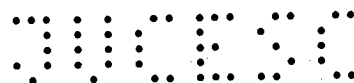
### **AQUISIÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA, OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO E OFERTA DE AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA E VENCIMENTO ANTECIPADO**

#### **7.1. Aquisição Antecipada Facultativa**

7.1.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, observadas as restrições de negociação e prazo previsto na Instrução CVM 476 e o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, adquirir Debêntures caso algum dos titulares das Debêntures deseje negociar tais Debêntures com a Emissora. As Debêntures eventualmente adquiridas pela Emissora nos termos aqui previstos, a exclusivo critério da Emissora, serão canceladas, permanecerão na tesouraria da Emissora ou serão novamente colocadas no mercado, conforme as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos da Cláusula 6.3.1 acima, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures.

#### **7.2. Resgate Antecipado Total ou Parcial, Amortização Extraordinária, Oferta de Resgate Antecipado Total e Oferta de Amortização Extraordinária**

7.2.1. Sem prejuízo do disposto nos itens 7.2.2 e 7.2.3 abaixo, não será admitido o resgate antecipado facultativo total ou parcial das Debêntures ou amortização extraordinária das Debêntures unilateralmente pela Emissora.



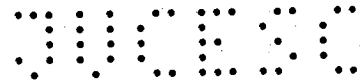
### 7.2.2. Oferta de Resgate Antecipado Total

7.2.2.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, mediante deliberação pelos órgãos competentes, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento das Debêntures resgatadas ("Oferta de Resgate Antecipado Total"). A Oferta de Resgate Antecipado Total será obrigatoriamente endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aprovar a realização do resgate, de acordo com os termos e condições previstos nas cláusulas abaixo.

7.2.2.2. A Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado Total por meio de comunicação a todos os Debenturistas, com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência do efetivo resgate, via (i) correspondência endereçada à totalidade dos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, ou (ii) publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas a ser amplamente divulgada nos termos da cláusula 4.1.17.1 desta Escritura de Emissão ("Editais de Oferta de Resgate Antecipado Total"), a qual deverá observar e descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado Total, incluindo o seguinte: (i) informação de que a Oferta de Resgate Antecipado Total estará condicionada à aceitação desta por Debenturistas que detenham, no mínimo, 86% (oitenta e seis por cento) das Debêntures em Circulação; (ii) o valor do prêmio de resgate que, caso exista, o qual não poderá ser negativo; (iii) a forma de manifestação do Debenturista que aprovar a Oferta de Resgate Antecipado Total, junto à Emissora e ao Agente Fiduciário; (iv) data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento aos Debenturistas, caso aprovado por Debenturistas que detenham, no mínimo, 86% (oitenta e seis por cento) das Debêntures em Circulação; e (v) demais informações necessárias para tomada de decisão dos Debenturistas.

7.2.2.3. Após a divulgação dos termos da Oferta de Resgate Antecipado Total, os Debenturistas que aprovarem referida oferta terão que se manifestar diretamente à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário, fora do âmbito da CETIP, no prazo disposto no Edital de Oferta de Resgate Antecipado Total, o qual não poderá ser inferior a 7 (sete) dias. Ao final do prazo de manifestação dos Debenturistas, caso Debenturistas detentores de Debêntures em montante igual ou superior a 86% (oitenta e seis por cento) das Debêntures em Circulação tenham aprovado a referida oferta, a Emissora terá até 3 (três) dias úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado Total, sendo certo que todas as Debêntures objeto da oferta serão resgatadas em uma única data.

7.2.2.4. O valor a ser pago aos Debenturistas a título do resgate a ser realizado no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado Total será equivalente ao Valor Nominal Unitário, ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido: (i) da Remuneração devida e ainda não paga até a data de resgate antecipado total, calculados nos termos da Cláusula 4.1.9 desta Escritura de Emissão; e (ii) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora.



7.2.2.5. O pagamento para as Debêntures resgatadas será feito por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

7.2.2.6. A CETIP deverá ser comunicada pela Emissora sobre a Oferta de Resgate Antecipado Total com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da respectiva data prevista para ocorrer o resgate a ser realizado no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado Total, por meio de envio de correspondência firmada em conjunto com o Agente Fiduciário.

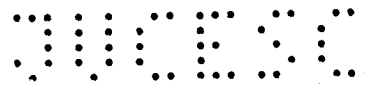
7.2.2.7. As Debêntures resgatadas antecipadamente no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado deverão ser canceladas.

7.2.2.8. A data para resgate das Debêntures no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.

### **7.2.3. Oferta de Amortização Extraordinária**

7.2.3.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, mediante deliberação pelos órgãos competentes, realizar oferta de amortização antecipada do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, da totalidade das Debêntures, limitado a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso ("Oferta de Amortização Extraordinária"). A Oferta de Amortização Extraordinária será obrigatoriamente endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aprovar a realização da amortização extraordinária do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, de acordo com os termos e condições previstos nas cláusulas abaixo.

7.2.3.2. A Emissora realizará a Oferta de Amortização Extraordinária por meio de comunicação a todos os Debenturistas, com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência da efetiva amortização, via (i) correspondência endereçada à totalidade dos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, ou (ii) publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas a ser amplamente divulgada nos termos da cláusula 4.1.17.1 desta Escritura de Emissão ("Edital de Oferta de Amortização Extraordinária"), a qual deverá observar e descrever os termos e condições da Oferta de Amortização Extraordinária, incluindo o seguinte: (i) o percentual do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário a ser amortizado, observado, em todo caso, o limite definido na Cláusula 7.2.2.2 acima; (ii) o valor do prêmio de amortização que, caso exista, o qual não poderá ser negativo; (iii) a forma de manifestação do Debenturista que aprovar a Oferta de Amortização Extraordinária, junto à Emissora e ao Agente Fiduciário; (iv) data efetiva para a amortização do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, e pagamento aos Debenturistas, caso aprovado pelos Debenturistas; (v) informação de que a realização da amortização extraordinária do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário estão condicionados, conforme o caso, à aprovação da totalidade dos Debenturistas; e (vi) demais informações necessárias para tomada de decisão dos Debenturistas.



7.2.3.3. Após a divulgação dos termos da Oferta de Amortização Extraordinária, os Debenturistas que aprovarem referida oferta terão que se manifestar diretamente à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário, fora do âmbito da CETIP, no prazo disposto no Edital de Oferta de Amortização Extraordinária, o qual não poderá ser inferior a 7 (sete) dias. Ao final desse prazo, caso Debenturistas detentores da totalidade das Debêntures em Circulação tenham aprovado a referida oferta, a Emissora terá até 3 (três) dias para proceder à liquidação da Oferta de Amortização Extraordinária, sendo certo que todas as Debêntures objeto da oferta serão amortizadas em uma única data.

7.2.3.4. O valor a ser pago aos Debenturistas a título de amortização no âmbito da Oferta de Amortização Extraordinária será equivalente a parcela do Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser amortizada, conforme o caso, acrescido: (i) da Remuneração devida e ainda não paga até a data da amortização extraordinária incidente sobre o percentual do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, amortizado no âmbito da Oferta de Amortização Extraordinária, calculados nos termos da Cláusula 4.1.9 desta Escritura de Emissão; e (ii) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora.

7.2.3.5. O pagamento para as Debêntures amortizadas extraordinariamente será feito por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

7.2.3.6. A CETIP deverá ser comunicada pela Emissora sobre a Oferta de Amortização Extraordinária com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da respectiva data prevista para ocorrer a amortização extraordinária no âmbito da Oferta de Amortização Extraordinária, por meio de envio de correspondência firmada em conjunto com o Agente Fiduciário.

7.2.3.7. Sem prejuízo do disposto nas Cláusulas 4.1.9 e 4.1.10 desta Escritura de Emissão, a Remuneração referente à parcela remanescente do Saldo do Valor Nominal Unitário após a realização da amortização extraordinária no âmbito da Oferta de Amortização Extraordinária incidirá desde a Data de Pagamento da Remuneração desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso até a data do seu efetivo pagamento que será devido na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente subsequente à data da liquidação da referida amortização extraordinária ou na Data de Vencimento, conforme o caso.

7.2.3.8. A data para a realização da amortização extraordinária das Debêntures no âmbito da Oferta de Amortização Extraordinária deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.

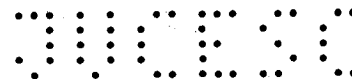
### **7.3. Vencimento Antecipado**

7.3.1. Observado o disposto nos itens 7.3.2 e 7.3.3 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração devida e não paga, calculada

3000000000

*pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização, ou da última data de pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, na ocorrência das seguintes hipóteses (cada uma, um “Evento de Vencimento Antecipado”):

- (i) alteração do atual controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), direto ou indireto, da Emissora, exceto se a operação tiver sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 86% (oitenta e seis por cento) das Debêntures em circulação;
- (ii) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;
- (iii) (a) decretação de falência da Emissora; (b) pedido de autofalência formulado pela Emissora; (c) pedido de falência da Emissora, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; ou (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora, independentemente do seu processamento e/ou deferimento;
- (iv) descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária descrita nesta Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia não sanado no prazo de até 1 (um) Dia Útil da data em que tal obrigação se tornou devida;
- (v) transformação societária da Emissora, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (vi) redução de capital social da Emissora, exceto se (a) previamente aprovado por Debenturistas representando, no mínimo, 86% (oitenta e seis por cento) das Debêntures em circulação, conforme disposto no artigo 174, §3º da Lei das Sociedades por Ações; ou (b) realizada exclusivamente para absorção de prejuízos acumulados da Emissora;
- (vii) se esta Escritura de Emissão ou qualquer uma de suas disposições forem declaradas inválidas, nulas ou inexecutáveis;
- (viii) cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações, reorganização societária, venda de participação ou qualquer outra operação societária que acarrete em alteração do atual controle societário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), direto ou indireto da Emissora, conforme o caso, exceto se a operação tiver sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 86% (oitenta e seis por cento) das Debêntures em circulação;
- (ix) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer dos Contratos de Garantia, salvo se tal transferência, cessão ou promessa de cessão for



previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 86% (oitenta e seis por cento) das Debêntures em circulação;

- (x) alteração ou modificação do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora de forma a alterar as atividades principais atuais, conforme descritas na Cláusula 3.1.1 desta Escritura de Emissão, e/ou de forma a agregar a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios em relação às atividades atualmente desenvolvidas, exceto se previamente aprovado por Debenturistas representando, no mínimo, 86% (oitenta e seis por cento) das Debêntures em circulação;
- (xi) decretação de vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras da Emissora assumidas no âmbito do mercado financeiro e/ou de capitais, local ou internacional ("Dívidas Financeiras e de Mercado");
- (xii) decretação de vencimento antecipado ou resilição involuntária de qualquer instrumento contenha qualquer obrigação pecuniária da Emissora (exceto as Dívidas Financeiras e de Mercado), envolvendo valor, individualmente ou em conjunto, igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ou seu equivalente em outras moedas;
- (xiii) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária, envolvendo valor, individualmente ou em conjunto, igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ou seu equivalente em outras moedas, não sanado no prazo previsto no respectivo contrato, se houver;
- (xiv) alienação ou aquisição, pela Emissora, de ativo(s) em valor, individual ou agregado, igual ou superior a 15% (quinze por cento) do valor total do ativo imobilizado da Emissora, conforme apurado nas respectivas demonstrações financeiras auditadas mais recentes, por cada período de 12 (doze) meses a partir da Data de Emissão, exceto se previamente aprovada por Debenturistas representando no mínimo 86% (oitenta e seis por cento) das Debêntures em circulação;
- (xv) constituição de qualquer ônus (assim definido como hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, arresto, sequestro ou penhora, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima ("Ônus")) sobre ativo(s) da Emissora, exceto se (i) em valor individual igual ou inferior a 15% (quinze por cento) do valor total do ativo imobilizado da Emissora, conforme apurado nas respectivas demonstrações financeiras auditadas mais recentes; (ii) tratar-se de ativo(s) utilizado(s) no curso normal de seus negócios; ou (iii) previamente aprovada por Debenturistas representando no mínimo 86% (oitenta e seis por cento) das Debêntures em circulação;

U N I C E U

- (xvi) contratação de qualquer empréstimo, financiamento ou qualquer outra modalidade de obrigação de cunho financeiro, na qual a Emissora figure como parte concedente, e qualquer pessoa física ou jurídica, inclusive qualquer dos acionistas controladores diretos ou indiretos, ou controladas da Emissora (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), figurem como parte tomadora, assim como a celebração de contratos de mútuo pela Emissora com seus acionistas, exceto se previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 86% (oitenta e seis por cento) das Debêntures em circulação, ressalvados os casos de empréstimo, mútuo ou financiamento ou qualquer outra modalidade de obrigação de cunho financeiro, em qualquer dos casos, desde que contratado em condições de mercado, na qual a Emissora figure como parte concedente e uma de suas subsidiárias integrais figure como parte tomadora, até o limite, individual ou agregado de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), e cujos recursos sejam destinados à condução das atividades da tomadora;
- (xvii) realização de qualquer pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio e/ou qualquer outra maneira de transferência de recursos a ser distribuído ao(s) seu(s) acionista(s), ressalvado, entretanto, o pagamento de dividendo mínimo obrigatório equivalente a, no máximo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado pela Emissora no respectivo período, observado o disposto no parágrafo segundo do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, sem prejuízo do disposto no inciso (xliv) da cláusula 8.1 desta Escritura de Emissão;
- (xviii) não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão estritamente nos termos da Cláusula 3.7.1 desta Escritura de Emissão;
- (xix) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia, não sanada no respectivo prazo de cura previsto ou, caso não haja previsão de prazo de cura específico, em 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que ocorrer o efetivo inadimplemento;
- (xx) protesto de títulos contra a Emissora em valor unitário ou agregado, igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), salvo se: (a) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora ao Agente Fiduciário e aprovado por Debenturistas representando no mínimo 86% (oitenta e seis por cento) das Debêntures em circulação; ou (b) for sustado ou cancelado, em qualquer hipótese, no prazo legal, o qual será considerado como prazo de cura;
- (xxi) descumprimento, pela Emissora, de qualquer decisão judicial e/ou de qualquer decisão administrativa ou arbitral não sujeita a recurso ou contestação judicial, conforme o caso, e à qual não tenha sido concedido efeito suspensivo, contra a Emissora;
- (xxii) não obtenção, renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças, inclusive as ambientais, exigidas para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou por qualquer das controladas direta



00000000

ou indireta da Emissora, conforme o caso, exceto se dentro do prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão a Emissora comprove (com aprovação dos Debenturistas representando no mínimo 86% (oitenta e seis por cento) das Debêntures em circulação) a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora até a renovação ou obtenção da referida licença, concessão, alvará ou autorização;

- (xxiii) comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia e nos demais documentos relacionados à Emissão e à Oferta Restrita, de que seja parte, conforme aplicável, provaram-se falsas, incorretas, incompletas ou enganosas na data em que foram prestadas;
- (xxiv) ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades, das ações do capital social da Emissora;
- (xxv) caso qualquer das Garantias Reais, por qualquer motivo, torne-se inábil, imprópria ou insuficiente para assegurar o cumprimento de todas as obrigações da Emissora com relação às Debêntures sem que seja realizada a recomposição ou substituição da respectiva Garantia Real nos termos e prazos do respectivo Contrato de Garantia;
- (xxvi) se qualquer dos Contratos de Garantia ou qualquer uma de suas respectivas disposições substanciais forem declaradas inválidas, nulas ou inexecutáveis, por decisão arbitral ou judicial transitada em julgado;
- (xxvii) sequestro ou arresto de ativos da Emissora, cujo valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
- (xxviii) penhora de ativos da Emissora, cujo valor seja igual ou superior a: (a) R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), considerado individualmente; ou (b) R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), considerado no agregado;
- (xxix) questionamento judicial, pela Emissora, desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia e/ou de qualquer das Garantias Reais e/ou dos demais documentos da Oferta Restrita;
- (xxx) questionamento judicial, por qualquer terceiro, desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia e/ou de qualquer das Garantias Reais e/ou dos demais documentos da Oferta Restrita;
- (xxxi) ocorrência de eventos que possam afetar a capacidade operacional, legal, financeira da Emissora, resultando em um impacto adverso nas atividades da Emissora;



- (xxxii) subordinação da dívida representada pelas Debêntures, conforme o caso, a qualquer outra dívida, exceto aquela cuja preferência decorra de determinação legal;
- (xxxiii) emissão de títulos e valores mobiliários pela Emissora sem a observância do previsto na legislação aplicável à matéria;
- (xxxiv) descumprimento das Normas Anticorrupção;
- (xxxv) não observância, pela Emissora, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures, dos seguintes índices e limites financeiros (“Índices Financeiros”), a serem calculados (a) pelos auditores independentes contratados pela Emissora, em relatório específico, e acompanhados pelo Agente Fiduciário com base nas demonstrações financeiras consolidadas revisadas referentes ao período de 12 (doze) meses encerrado em 30 de junho e ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de cada ano, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de divulgação das respectivas demonstrações financeiras e do respectivo relatório específico de apuração dos Índices Financeiros, nos termos e prazos, conforme o caso, da alínea (a) ou da alínea (b) do item (ii) da Cláusula 8.1 desta Escritura de Emissão; e (b) pela Emissora e acompanhados pelo Agente Fiduciário com base nas demonstrações financeiras consolidadas referentes aos períodos de 12 (doze) meses encerrados em 31 de março e 30 de setembro de cada ano, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, das respectivas demonstrações financeiras e do respectivo relatório específico de apuração dos Índices Financeiros, nos termos e prazo da alínea (c) do item (ii) da Cláusula 8.1 desta Escritura de Emissão; sendo que a primeira verificação deverá ocorrer com base nas demonstrações financeiras consolidadas revisadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016:

(a) Dívida financeira líquida/EBITDA menor ou igual a:

Demonstração Financeira de:	31/12/2016	31/03/2017 30/06/2017 30/09/2017 31/12/2017	31/03/2018 30/06/2018 30/09/2018 31/12/2018	A partir de 31/03/2019
Múltiplo	4,00x	3,00x	2,75x	2,50x

(b) (Dívida financeira líquida+Parcelamento de impostos)/EBITDA menor ou igual a:

Demonstração Financeira de:	31/12/2016	31/03/2017 30/06/2017 30/09/2017 31/12/2017	31/03/2018 30/06/2018 30/09/2018 31/12/2018	A partir de 31/03/2019
Múltiplo	5,00x	3,75x	3,50x	3,00x



(c) EBITDA/Despesas Financeiras maior ou igual a:

Demonstração Financeira de:	31/12/2016	A partir de 31/03/2017
Múltiplo	1,00x	1,50x

Para fins da presente Escritura de Emissão, considera-se:

“Dívida Financeira Líquida”, a soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos, aquisições a pagar (exceto aquelas realizadas pela Emissora no curso normal de seus negócios) e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, as debêntures, o saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos em que a Emissora seja parte, classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo da Emissora, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras auditadas ou revisadas da Emissora, conforme o caso, menos as disponibilidades.

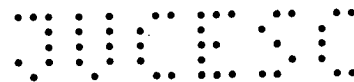
“EBITDA” significa o lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) despesas não recorrentes (tais como indenizações, multas fiscais, contingências trabalhistas e cíveis), sendo que as despesas neste item (iv) são limitadas a 10% (dez por cento) do valor total do conjunto dos demais componentes do EBITDA nos termos desta definição; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.

“Parcelamento de Impostos” significa Parcelamento de débitos tributários, de competência da União Federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, concedido na forma e condição estabelecidas em lei específica.

(xxxvi) se as Garantias Reais representadas pelos Contratos de Alienação Fiduciária de Imóveis não forem devidamente aperfeiçoadas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de prenotação dos documentos nos respectivos Cartórios de Registro de Imóveis competentes.

7.3.2. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Vencimentos Antecipado indicados nos incisos (i), (ii), (iii), (iv), (v), (vi), (vii), (viii), (ix), (x), (xi), (xii), (xiv), (xv), (xvi), (xvii), (xviii), (xxi) e (xxix) na Cláusula 7.3.1 desta Escritura de Emissão, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

7.3.3. Na ocorrência dos Eventos de Vencimentos Antecipado previstos nos demais incisos da Cláusula 7.3.1 desta Escritura de Emissão (que não aqueles descritos na Cláusula 7.3.2. acima), o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 1 (um) Dia Útil a contar do



momento em que tomar ciência do evento, assembleia geral de Debenturistas, a se realizar nos prazos e demais condições descritas na Cláusula X desta Escritura de Emissão, para deliberar sobre a eventual não decretação de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

7.3.4. Se, na assembleia geral de Debenturistas de que trata a Cláusula 7.3.1 desta Escritura de Emissão, Debenturistas representando, no mínimo, 86% (oitenta e seis por cento) das Debêntures em circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures.

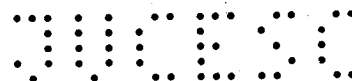
7.3.5. Se, na assembleia geral de Debenturistas de que trata a Cláusula 7.3.1 desta Escritura de Emissão, não for deliberada a não declaração do vencimento antecipado, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida assembleia geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado de todas obrigações decorrentes das Debêntures e enviar, imediatamente, carta protocolada ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio à Emissora, com cópia para a CETIP e ao Banco Liquidante.

7.3.6. Em caso do vencimento antecipado, pelo Agente Fiduciário, das obrigações decorrentes das Debêntures, a Emissora, obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, pelo Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração devida e não paga, calculada *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização ou da última Data de Pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último, até a data do efetivo resgate, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 3 (três) Dias Úteis contados da data em que for declarado o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, mediante comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolada, ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio ou por telegrama, no endereço constante da Cláusula XII desta Escritura de Emissão ou por meio de fax, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

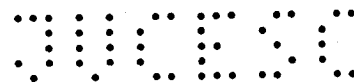
7.3.7. Caso ocorra o vencimento antecipado, caberá ao Agente Fiduciário comunicar, por meio de correspondência, a CETIP com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data em que deva realizar o pagamento, observado o prazo disposto na Cláusula 7.3.6 desta Escritura de Emissão.

## CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1. A Emissora, até a liquidação de todas as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, adicionalmente se obriga a:



- (i) arcar com todos os custos decorrentes da distribuição e manutenção das Debêntures, incluindo, mas não se limitando a: (a) todos os custos relativos ao seu depósito na CETIP; (b) com o registro e a publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão, seus eventuais Aditamentos, Contratos de Garantia e eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Liquidante, Escriturador, banco depositário nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária e assessores legais;
- (ii) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
  - (a) dentro de, no máximo, 03 (três) meses após o término de cada exercício social ou assim que divulgado pela Companhia nos termos da legislação aplicável, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes registrados na CVM, acompanhadas de cópia de relatório específico de apuração dos Índices Financeiros, conforme aplicável, elaborado por auditores independentes contratados pela Emissora, previstos respectivamente no inciso (xxxv) da Cláusula 7.3.1 desta Escritura de Emissão, com sua respectiva memória de cálculo contendo todas as rubricas necessárias à sua apuração, sob pena de impossibilidade de conferência pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários, bem como declaração assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (b) não ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social; e (d) a suficiência dos Índices Financeiros e o cumprimento das disposições desta Escritura de Emissão;
  - (b) dentro de 45 (quarenta e cinco) dias após o término dos respectivos semestres encerrados em 30 de junho de cada ano ou na data da efetiva divulgação da respectiva demonstração financeira nos termos da legislação aplicável, o que acontecer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo semestre social encerrado, acompanhadas de cópia de relatório específico de apuração dos Índices Financeiros elaborado por auditores independentes contratados pela Emissora, previsto no inciso (xxxv) da Cláusula 7.3.1 desta Escritura de Emissão, com sua respectiva memória de cálculo contendo todas as rubricas necessárias à sua apuração, sob pena de impossibilidade de conferência pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários, bem como declaração assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora, na forma do seu estatuto social,



atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (b) não ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social; e (d) a suficiência dos Índices Financeiros e o cumprimento das disposições desta Escritura de Emissão;

- (c) dentro de 15 (quinze) dias após o encerramento do 1º (primeiro) e do 3º (terceiro) trimestres civis de cada ano, cópia de suas demonstrações financeiras não auditadas contemplando balanço patrimonial, demonstração de resultado e demonstração de fluxo de caixa, acompanhadas de cópia de relatório específico de apuração dos Índices Financeiros, conforme aplicável, elaborado pela Emissora, previsto no inciso (xxxv) da Cláusula 7.3.1 desta Escritura de Emissão, com sua respectiva memória de cálculo contendo todas as rubricas necessárias à sua apuração, sob pena de impossibilidade de conferência pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários, bem como declaração assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (b) não ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social; e (d) a suficiência dos Índices Financeiros e o cumprimento das disposições desta Escritura de Emissão; e
  - (d) informações a respeito de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos nesta Escritura de Emissão na mesma data de sua ocorrência;
- (iii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e pela regulamentação da CVM, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;
  - (iv) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:
    - (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
    - (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;



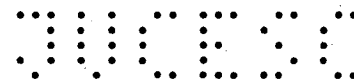
- (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 03 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (d) manter os documentos mencionados no item (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 03 (três) anos;
- (e) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
- (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando na mesma data às Instituições Intermediárias e ao Agente Fiduciário;
- (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM; e
- (h) não realizar quaisquer outras emissões de debêntures dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do envio da Comunicação de Encerramento, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.
- (v) fornecer as informações solicitadas pela CETIP e pela ANBIMA, quando aplicável;
- (vi) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, bem como não alterar a forma de contabilização atual, exceto por determinação legal ou normas da CVM;
- (vii) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula X desta Escritura de Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça, notificando o Agente Fiduciário de tal convocação na mesma data;
- (viii) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (ix) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (x) notificar o Agente Fiduciário em até 1 (um) Dia Útil sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão de suas atividades ou que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento de todas as



obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, bem como sobre a ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado previsto nesta Escritura de Emissão;

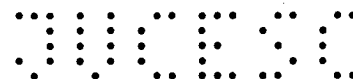
- (xi) manter a propriedade sobre seus bens e propriedades relevantes e particularmente sobre seus imóveis;
- (xii) manter os ativos mencionados acima segurados por companhia de seguro de primeira linha, com cobertura dos valores e riscos adequados para a condução de seus negócios e para o valor de seus ativos e de acordo com os padrões de sociedades do mesmo setor no Brasil;
- (xiii) fornecer ao Agente Fiduciário vias originais dos Contratos de Garantia e de eventuais aditamentos, devidamente registrados nos cartórios competentes, nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia, conforme o caso;
- (xiv) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao depósito das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- (xv) efetuar tempestivamente o recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (xvi) manter-se devidamente organizada e constituída como uma sociedade por ações sob as leis brasileiras;
- (xvii) cumprir com todas as obrigações decorrentes da legislação e da regulamentação brasileira aplicável, bem como de normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, inclusive ambientais, incluindo manutenção de licenças, aprovações e requerimentos societários, governamentais, legais ou regulamentares aplicáveis, necessárias para o exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- (xviii) observar estritamente a legislação e regulamentação tributária aplicável, mantendo-se em situação de regularidade perante autoridades governamentais ou fiscais, bem como efetuar o pontual pagamento de tributos que sejam devidos ou que devam ser recolhidos, exceto se a exigibilidade do tributo ou de seu pagamento esteja suspensa por decisão judicial ou administrativa ou nos termos da legislação ou regulamentação aplicável;
- (xix) informar e enviar o organograma, os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme previsto na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) Dias Úteis antes do encerramento do prazo para





disponibilização do mesmo na CVM. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as Controladas, o controle comum, as coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;

- (xx) cumprir com todas as obrigações aplicáveis relacionadas à Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), inclusive com as disposições de seu artigo 48, naquilo que lhe for aplicável;
- (xxi) não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Emissão ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando a, o disposto na Instrução CVM n.º 476 e no artigo 48 da Instrução CVM 400;
- (xxii) abster-se de negociar debêntures de sua emissão até o envio da Comunicação de Encerramento, salvo nas hipóteses previstas no artigo 48 da Instrução CVM 400;
- (xxiii) abster-se, até o envio da Comunicação de Encerramento à CVM, de (a) revelar informações relativas à Emissão, exceto aquilo que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida e (b) utilizar as informações referentes à Emissão, exceto para fins estritamente relacionados com a preparação da Emissão;
- (xxiv) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;
- (xxv) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares das Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive, honorários advocatícios e outras despesas e custos comprovadamente incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão;
- (xxvi) enviar, sempre que solicitado pelo Agente Fiduciário, as informações necessárias para que o Agente Fiduciário possa realizar o acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, nos termos da Instrução da CVM 28, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data da respectiva solicitação;
- (xxvii) obter e manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações, incluindo as societárias, governamentais e de terceiros, exigidas (a) celebração, validade ou exequibilidade desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas; e (b) para o fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações garantidas;
- (xxviii) não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social, com esta Escritura de Emissão e com os Contratos de Garantia, em especial os que comprometam o pontual



e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas perante os Debenturistas;

- (xxix) tomar todas as medidas que se fizerem necessárias ao registro e formalização desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantias, incluído seus aditamentos, correndo por conta da Emissora todas as despesas atuais e futuras, inclusive de natureza fiscal, que decorram dos registros;
- (xxx) até a Data de Vencimento, observar, cumprir e/ou fazer cumprir, por si e por qualquer uma de suas respectivas controladas, diretores, membros de conselho de administração, quaisquer terceiros, incluindo assessores ou prestadores de serviço agindo em seu benefício e/ou de suas respectivas controladas, diretores, membros de conselho de administração ("Representantes"), as Normas Anticorrupção, bem como abster-se de praticar qualquer pagamento de propina, abatimento ilícito, remuneração ilícita, suborno, tráfico de influência, "caixinha" ou outro pagamento ilegal (em conjunto, "Condutas Indevidas"), devendo: (a) manter políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento das Normas Anticorrupção; (b) dar conhecimento pleno de tais normas a todos os seus profissionais e/ou os demais prestadores de serviços, previamente ao início de sua atuação no âmbito da Oferta Restrita; (c) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional ou estrangeira; e (d) caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, comunicar em até 1 (um) Dia Útil ao Agente Fiduciário, que poderá tomar todas as providências que entender necessárias;
- (xxxi) notificar em até 5 (cinco) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas nesta Escritura de Emissão tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas; e
- (xxxii) manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Escriturador, o Banco Liquidante, o Agente Fiduciário e a CETIP, além de tomar todas e quaisquer providências necessárias para a manutenção e negociação das Debêntures;
- (xxxiii) proceder à adequada publicidade de seus dados econômico-financeiros resultantes de atos de sua gestão, promovendo a publicação das demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações e, pelo menos 1 (uma) vez ao ano, em jornais de grande circulação, dos seguintes documentos, que devem ser complementados com notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessárias para o esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício da Emissora:
  - (a) balanço patrimonial;
  - (b) demonstração das mutações do patrimônio líquido com inclusão da demonstração dos lucros e prejuízos acumulados;
  - (c) demonstração do resultado do exercício;

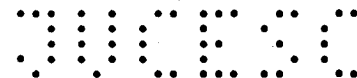


- (d) demonstraco de fluxo de caixa;
  - (e) parecer da auditoria externa; e
  - (f) demais documentos que venham a ser exigidos pela legislao pertinente  matéria;
- (xxxiv) guardar, por 5 (cinco) anos contados da data do encerramento da Emissão, toda a documentao a ela relativa, bem como disponibilizá-la às Instituies Intermediárias e ao Agente Fiduciário em um prazo de até 5 (cinco) Dias úteis, após recebimento da respectiva solicitao por escrito, ou no menor prazo possível, conforme exigência legal;
- (xxxv) indenizar, de forma irrevogável e irretratável, os Debenturistas e o Agente Fiduciário, por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e o Agente Fiduciário em razão da falta de veracidade, consistência, qualidade e suficiência das suas declaraes prestadas na presente Escritura de Emissão;
- (xxxvi) utilizar os recursos disponibilizados na integralizao das Debêntures exclusivamente em atividades lícitas e em conformidade com as leis, regulamentos e normas relativas  proteo ao meio ambiente, ao direito do trabalho, segurança e saúde ocupacional, além de outras normas que lhe sejam aplicáveis em funo de suas atividades;
- (xxxvii) cumprir integralmente as leis, regulamentos e demais normas ambientais e relativas ao direito do trabalho, segurança e saúde ocupacional, bem como obter todos os documentos (laudos, estudos, relatórios, licenças etc.) exigidos pela legislao e necessários para o exercício regular e seguro de suas atividades, apresentando ao Agente Fiduciário, sempre que por este solicitado e no prazo de até 5 (cinco) Dias úteis, as informaes e documentos que comprovem a conformidade legal de suas atividades e o cumprimento das obrigaes assumidas neste item;
- (xxxviii) envidar os melhores esforços para que seus clientes e prestadores de serviço adotem as melhores práticas de proteo ao meio ambiente e relativas a segurança e saúde do trabalho, inclusive no tocante  não utilizao de trabalho infantil ou análogo ao escravo, se possível mediante condio contratual específica;
- (xxxix) comunicar em até 5 (cinco) Dias úteis o Agente Fiduciário sobre eventual autuao pelos órgãos responsáveis pela fiscalizao de normas ambientais e trabalhistas no que tange  saúde e segurança ocupacional, trabalho em condies análogas a escravo e trabalho infantil, bem como sobre a revogao, cancelamento ou não obteno de autorizaes ou licenças necessárias para o seu funcionamento;
- (xl) manter os Debenturistas e o Agente Fiduciário indenidos contra qualquer responsabilidade por danos ambientais ou autuaes de natureza trabalhista ou relativas  saúde e segurança ocupacional, obrigando-se a ressarcir-los de quaisquer quantias que venham a desembolsar em funo de condenaes ou autuaes nas

quais a autoridade entenda estar relacionada à utilização dos recursos financeiros decorrentes das Debêntures;

- (xli) monitorar suas atividades de forma a identificar e mitigar os impactos ambientais não antevistos no momento da Emissão;
- (xlii) monitorar seus fornecedores diretos e relevantes no que diz respeito a impactos ambientais, respeito às legislações social e trabalhista, normas de saúde e segurança ocupacional, bem como a inexistência de trabalho análogo ao escravo ou infantil;
- (xliii) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor, todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades; e
- (xliv) realizar qualquer pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio e/ou qualquer outra maneira de transferência de recursos ou de participação no resultado a seu(s) acionista(s) com relação às ações que representem, no mínimo, 70% (setenta por cento) do capital social da Emissora ou com relação à totalidade das ações detidas pelo acionista controlador da Emissora, o que for maior, incluindo pagamento de dividendo mínimo obrigatório, se houver, em uma ou mais contas vinculadas e não movimentáveis a serem constituídas pelo(s) respectivo(s) acionista(s) especificamente para recebimento de tais valores e em relação às quais será constituído ônus (cessão fiduciária em garantia) em favor dos Debenturistas, ficando desde já estabelecido entre as Partes que os termos e condições do ônus que recairá sobre essa(s) conta(s) vinculada(s) serão definidos pelos Debenturistas e pela Emissora reunidos em Assembleia Geral. Adicionalmente, a Emissora se obriga a transferir e manter retidos em conta vinculada e não movimentável de sua titularidade (a ser constituída especificamente para os fins previstos nesta cláusula e com ônus em favor dos Debenturistas, através de cessão fiduciária em garantia) recursos em moeda corrente nacional em valor equivalente ao montante dos dividendos, juros sobre capital próprio e/ou qualquer outra maneira de transferência de recursos ou de participação no resultado distribuído aos acionistas não controladores da Emissora, ficando desde já estabelecido entre as Partes que os termos e condições do ônus que recairá sobre tal conta vinculada da Emissora também serão definidos pelos Debenturistas e pela Emissora reunidos em Assembleia Geral.

8.1.1. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.



## CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO

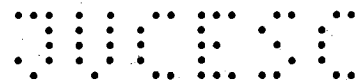
### 9.1. Nomeação

9.1.1. A Emissora constitui e nomeia como Agente Fiduciário da Emissão, PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Emissora.

### 9.2. Declaração

9.2.1. O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara, sob as penas da lei, que:

- (i) não tem qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, para exercer a função que lhe é conferida, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (ii) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (iii) aceita integralmente a presente Escritura e todas as suas Cláusulas e condições;
- (iv) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) está ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- (vi) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (vii) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura tem poderes bastantes para tanto;
- (viii) não se encontra em qualquer das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (ix) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (x) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;



- (xi) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (xii) verificou, no momento que aceitou a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, por meio das informações e documentos fornecidos pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário não efetuou qualquer tipo de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações da Emissora ora prestadas, tendo diligenciado para que fossem sanadas as omissões, falhas, ou defeitos de que tenha tido conhecimento; e
- (xiii) atua, na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, como agente fiduciário nas seguintes emissões de debêntures da Emissora e de sociedades integrantes do seu grupo econômico, verificado conforme organograma encaminhado pela Emissora: (i) 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real, para distribuição pública com esforços restritos, da Emissora ("4ª Emissão da Emissora"), com vencimento em 23 de agosto de 2016, em que foram emitidas 9.000 (nove mil) debêntures, no valor de R\$90.000.000,00 (noventa milhões de reais) na respectiva data de emissão. Até a presente data, não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou inadimplemento, tendo, contudo, ocorrido eventos de amortização, conforme previsto na respectiva escritura de emissão. Na respectiva data da emissão, as debêntures da 4ª Emissão da Emissora são garantidas por cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Emissora, representados por carteira de recebíveis performados, atuais e futuros, em cobrança bancária e/ou em carteira, registrada e/ou registrada no banco depositário contra determinados clientes da Emissora, conforme previsto na respectiva escritura de emissão; e (ii) 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da Emissora ("5ª Emissão da Emissora"), com vencimento em 12 de dezembro de 2019, em que foram emitidas 9.000 (nove mil) debêntures, no valor de R\$90.000.000,00 (noventa milhões de reais) na respectiva data de emissão. Até a presente data, não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou inadimplemento, tendo, contudo, ocorrido eventos de amortização, conforme previsto na respectiva escritura de emissão. Na respectiva data da emissão, as debêntures da 5ª Emissão da Emissora são garantidas pelas Garantias Reais, conforme previsto na respectiva escritura de emissão.

### 9.3. Substituição

9.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas

que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, observado o prazo de 8 (oito) dias para a primeira convocação e 5 (cinco) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 9.3.7 desta Escritura de Emissão.

9.3.2. A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

9.3.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar em até 1 (um) Dia Útil o fato à Emissora e aos Debenturistas mediante convocação de Assembleia Geral de Debenturistas, solicitando sua substituição.

9.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia especialmente convocada para esse fim. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.

9.3.5. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de Aditamento a esta Escritura de Emissão, devendo o mesmo ser arquivado na JUCESC.

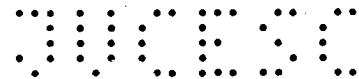
9.3.6. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura de Emissão ou de eventual Aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral liquidação das Debêntures ou até sua efetiva substituição, o que ocorrer primeiro.

9.3.7. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

9.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito baixados por ato(s) da CVM.

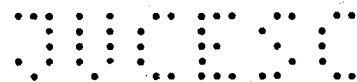
#### 9.4. Deveres

9.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:



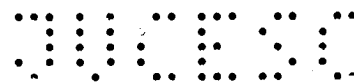
- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (v) custear: (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos seus serviços, considerando o disposto na Cláusula 9.6.5 desta Escritura de Emissão; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
- (vi) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da caracterização de descumprimento de obrigação não pecuniária por parte da Emissora. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vii) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro dos Contratos de Garantia e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da caracterização de descumprimento de obrigação não pecuniária por parte da Emissora. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (viii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (ix) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (x) verificar a regularidade da constituição das Garantias Reais, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (xi) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos, dos





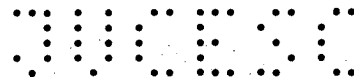
distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;

- (xii) solicitar, quando considerar necessário, e de forma justificada, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (xiii) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado pelo menos 03 (três) vezes na forma da Cláusula 2.1.1;
- (xiv) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xv) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea "b" do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:
  - (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
  - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (e) amortização do Valor Nominal, pagamento e repactuação, se o caso, da Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
  - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
  - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
  - (i) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela Emissora ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do



mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: denominação da companhia ofertante; valor da emissão; quantidade de debêntures emitidas; espécie; prazo de vencimento das debêntures; tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período;

- (xvi) colocar o relatório de que trata alínea item (xv) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
  - (b) no seu escritório;
  - (c) na CVM;
  - (d) na sede das Instituições Intermediárias; e
  - (e) na sede da CETIP.
- (xvii) publicar, nos órgãos da imprensa onde a Emissora deve efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea (xvi) acima;
- (xviii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora expressamente autoriza, desde já, e os Debenturistas, assim que subscreverem, integralizarem ou adquirirem as Debêntures, expressamente autorizarão, o Escriturador e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição da titularidade das Debêntures;
- (xix) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (xx) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP; e
- (xxi) disponibilizar o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração a ser calculado pela Emissora, aos



Debenturistas e aos demais participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*.

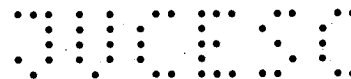
#### 9.5. Atribuições Específicas

9.5.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura de Emissão:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o Saldo do Valor Nominal, acrescido da Remuneração correspondente e demais encargos devidos nas condições especificadas;
- (ii) executar as Garantias Reais, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas;
- (iii) requerer a falência da Emissora;
- (iv) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos debenturistas; e
- (v) representar os debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora, se for o caso.

9.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 9.5.1 (i) a (iv) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação. Na hipótese do inciso (v) acima, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação.

9.5.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.



9.5.4. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

9.5.5. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

9.5.6. O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora, incluindo parecer dos auditores independentes, para acompanhar o atendimento dos Índices Financeiros.

#### **9.6. Remuneração do Agente Fiduciário**

9.6.1. Será devido ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, correspondentes a uma remuneração anual de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), devida pela Emissora, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) Dia Útil contado da data de celebração desta Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes, até liquidação integral das Debêntures. A primeira parcela será devida ainda que a operação não seja integralizada, a título de estruturação e implantação.

9.6.2. Na hipótese de ocorrer (i) aquisição antecipada facultativa da totalidade das Debêntures com seu efetivo cancelamento, nos termos da cláusula 7.1.1 desta Escritura de Emissão, (ii) resgate antecipado total das Debêntures, nos termos das cláusulas 4.1.9.5 e 7.2.2 e seguintes desta Escritura de Emissão, ou (iii) liquidação antecipada da totalidade das Debêntures em razão do vencimento antecipado de suas obrigações, nos termos da cláusula 7.3 e seguintes desta Escritura de Emissão, antes da Data de Vencimento, fica estabelecido que o Agente Fiduciário deve devolver à Emissora a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data do efetivo cancelamento ou resgate da totalidade das Debêntures, conforme aplicável, se assim solicitado pela Emissora.

9.6.3. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.

9.6.4. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 9.6.1 desta Escritura de Emissão será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado ("IGP-M"), ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da

DUCE

1ª (primeira) parcela de que trata a Cláusula 9.6.1 desta Escritura de Emissão, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada *pro rata die*.

9.6.5. Os valores serão acrescidos dos seguintes tributos incidentes sobre a remuneração do Agente Fiduciário: (i) ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); (iv) IR (Imposto de Renda); e (v) CSLL (Contribuição sobre o Lucro Líquido); e (vi) quaisquer outros que venham a incidir sobre referida remuneração nas alíquotas vigentes correspondentes ao regime de tributação de lucro real pelas instituições financeiras nas respectivas datas de pagamento, de tal forma que tais valores indicados nesta Escritura de Emissão correspondem a valores líquidos destes tributos incidentes sobre a prestação de serviços de agente fiduciário pelas instituições financeiras.

9.6.6. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

9.6.7. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá devolver à Emissora, se assim solicitado, a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição.

9.6.8. Caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando a alteração da remuneração do Agente Fiduciário.

9.6.9. A remuneração prevista será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja exercendo atividades inerentes a sua função em relação à Emissão, remuneração essa que será calculada *pro rata die*.

9.6.10. A remuneração descrita na Cláusula 9.6.1 desta Escritura de Emissão será devida mesmo após a Data de Vencimento das Debêntures caso o Agente Fiduciário permaneça atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora.

9.6.11. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos.

9.6.12. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente conforme previsto em Lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de

.....

terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, na condição de representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) Dias Úteis, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento aos Debenturistas para cobertura da sucumbência arbitrada em juízo, sendo certo que os recursos deverão ser disponibilizados em tempo hábil de modo que não haja qualquer possibilidade de descumprimento de ordem judicial por parte deste Agente Fiduciário.

9.6.13. O ressarcimento a que se refere à Cláusula 9.6.11 desta Escritura de Emissão será efetuado em até 5 (cinco) Dias Úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

9.6.14. A remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral, custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à Emissão, notificações, fotocópias, digitalizações, envio de documento, extração de certidões, despesas cartorárias, viagens, transportes, alimentação e estadias, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas.

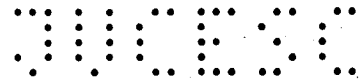
## CLÁUSULA X ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

10.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas (“Assembleia Geral de Debenturistas”).

10.2. Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura de Emissão, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

10.3. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada: (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação; ou (iv) pela CVM.

10.4. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas titulares das Debêntures em circulação.



10.5. Será obrigatória a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais dos Debenturistas convocadas pela Emissora, enquanto que nas assembleias convocadas pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, a presença dos representantes legais da Emissora será facultativa, a não ser quando ela seja solicitada pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, conforme o caso, hipótese em que será obrigatória.

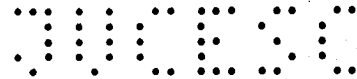
10.6. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

10.7. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá à pessoa eleita pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

10.8. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas por 86% (oitenta e seis por cento) das Debêntures em circulação, seja na primeira ou quaisquer convocações subsequentes, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura de Emissão, e nas hipóteses de deliberação de quaisquer disposições relativas às seguintes matérias, as quais dependerão da aprovação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, seja na primeira ou quaisquer convocações subsequentes: (i) alteração de quaisquer características das Debêntures, incluindo, sem limitação, sua espécie, Remuneração e sua forma e periodicidade de pagamento, Valor Nominal Unitário e sua forma e periodicidade de amortização, e Data de Vencimento; (ii) alteração de garantias, incluindo as Garantias Reais (exceto em caso de acréscimo de garantias previamente autorizadas ou conforme autorizado pelos respectivos Contratos de Garantia); (iii) alteração de disposição sobre resgate antecipado total ou parcial e/ou amortização extraordinária, inclusive Oferta de Resgate Antecipado Total ou Oferta de Amortização Extraordinária; (iv) repactuação; (v) alteração das condições de vencimento antecipado das Debêntures e de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário (*waver*); (vi) alteração das obrigações adicionais da Emissora estabelecidas na Cláusula VIII acima; (vii) alteração das obrigações do Agente Fiduciário, estabelecidas na Cláusula IX acima; e (viii) alterações nos procedimentos aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas, estabelecidas nesta Cláusula X.

10.8.1. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns nesta Escritura de Emissão, vincularão a Emissora e obrigarão os titulares de Debêntures em circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

10.8.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quóruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura de Emissão, consideram-se "em circulação" todas as Debêntures subscritas e integralizadas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), ou de titularidade de administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

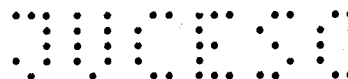


## CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

**11.1.** A Emissora declara e garante aos Debenturistas que, na data de assinatura desta Escritura de Emissão:

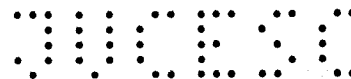
- (i) é uma sociedade por ações de capital fechado devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com todas as obrigações nela previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) tem plena capacidade para cumprir com todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura de Emissão têm poderes bastantes para tanto;
- (v) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer disposição legal, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, ou o seu estatuto social e demais atos societários, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, exceto por aquelas disposições para as quais serão obtidas as renúncias por seus respectivos credores; ou (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto pelas Garantias Reais e pelos ônus já existentes nesta data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura de Emissão, ou para a realização da Emissão, exceto pelas autorizações e pelos requisitos previstos, respectivamente, nas Cláusulas I e II desta Escritura;
- (vii) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, na data em que esta declaração é feita, não sofreu qualquer alteração que possa afetar de maneira adversa sua solvência;
- (viii) as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 e ao período encerrado em 30 de junho de 2016 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da





Emissora nas respectivas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora;

- (ix) cumprirá com todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (x) têm plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública de debêntures de sua emissão dentro do prazo de 04 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (xi) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação que possa vir a causar impacto adverso na Emissora, suas controladas ou coligadas, em suas condições financeiras ou em suas atividades;
- (xii) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (xiii) a Emissora está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;
- (xiv) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade da Emissora;
- (xv) tem e são válidas, todas as autorizações, alvarás e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais, exceto por aquelas que esteja discutindo de boa fé nas esferas judiciais e/ou administrativas;
- (xvi) todas informações prestadas e fornecidas são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Profissionais uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Emissão;
- (xvii) não omitiu nenhum ato ou fato, de qualquer natureza, que possa resultar em alteração adversa da sua situação econômico-financeira, bem como jurídica sua em prejuízo dos Debenturistas;



- (xviii) manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurarem a manutenção das condições fundamentais das operações da Emissora;
- (xix) está em situação regular perante todas as normas e leis trabalhistas e relativas à saúde e à segurança do trabalho, bem como de natureza tributária e ambiental, ressalvados e excetuados todos os casos que a Emissora esteja discutindo de boa-fé, nas esferas judiciais e/ou administrativas;
- (xx) não se utiliza de trabalho infantil ou análogo a escravo;
- (xxi) não há fatos relativos à Emissora, a suas controladas e coligadas, ou às Debêntures, que, até a presente data, não foram divulgados ao Agente Fiduciário, cuja omissão, no contexto da Emissão, faça com que alguma declaração desta Escritura de Emissão seja enganosa, incorreta ou inverídica;
- (xxii) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão;
- (xxiii) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares; e
- (xxiv) cumpre e faz suas controladas, sociedades sob controle comum, acionistas, conselheiros, diretores, funcionários e eventuais subcontratados cumprirem na realização de suas atividades as normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma da Lei nº 12.846/13, do *Foreign Corrupt Practices Act* (FCPA) e do *UK Bribery Act* (UKBA), sem prejuízo das demais legislações anticorrupção ("Normas Anticorrupção"), na medida em que: (i) adota programa de integridade, nos termos do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, com padrões de conduta, controles internos, políticas e procedimentos de integridade, aplicáveis a todos os seus empregados, diretores, demais administradores e partes relacionadas, representantes legais e procuradores, independentemente de cargo ou função exercidos, estendidos, quando necessário, a terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados, que asseguram integral cumprimento de tais normas; (ii) conhece e entende as disposições das leis anticorrupção dos países em que faz negócios, bem como não adota quaisquer condutas que infrinjam as leis anticorrupção desses países, sendo certo que executa as suas atividades em conformidade com essas leis; (iii) dá pleno conhecimento de tais normas a todos os profissionais que venham a se relacionar com a Emissora, previamente ao início de sua atuação no âmbito deste documento; (iv) seus funcionários, executivos, diretores, administradores, representantes legais e procuradores, no melhor do seu conhecimento, não estão sofrendo investigação criminal e não estiveram sujeitos a quaisquer ações legais civis ou criminais no país ou no exterior, por conduta inadequada relacionada a suborno, corrupção ou em razão da

0000000000

prática de atos ilícitos previstos nos normativos indicados anteriormente; (v) adota as diligências apropriadas para contratação e supervisão, conforme o caso e quando necessário, de terceiros, tais como fornecedores e prestadores de serviço, agentes intermediários e associados, de forma a verificar que estes não tenham praticado ou venham a praticar qualquer conduta relacionada à violação dos normativos referidos anteriormente; (vi) abstém-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não; (vii) realizará eventuais pagamentos devidos no âmbito desta Escritura de Emissão exclusivamente por meio de transferência bancária; e (viii) caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, comunicará em até 1 (um) Dia Útil o Agente Fiduciário que poderá tomar todas as providências que entender necessárias.

## CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS

**12.1.** As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- (i) Para a Emissora:  
**CECRISA REVESTIMENTOS CERÂMICOS S.A.**  
Rod. BR 101, nº 2585, KM 392, bairro Vila São Domingos  
CEP 88.812-600 - Criciúma, SC  
At.: José Zimmermann Junior, Ademir Borges e Fernando K. Medeiros  
Telefone: (48) 3431-6333  
E-mail: [jzj@cecrisa.com.br](mailto:jzj@cecrisa.com.br) / [adb@cecrisa.com.br](mailto:adb@cecrisa.com.br) / [fkf@cecrisa.com.br](mailto:fkf@cecrisa.com.br)
- (ii) Para o Agente Fiduciário:  
**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**  
Av. das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304, Barra da Tijuca  
CEP 22.640-102 – Rio de Janeiro, RJ  
At.: Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Marco Aurélio Ferreira  
Telefone: (21) 3385-4565  
E-mail: [operacional@pentagonotrustee.com.br](mailto:operacional@pentagonotrustee.com.br)
- (iv) Para o Banco Liquidante e Escriturador:  
**BANCO BRADESCO S.A.**  
Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara  
CEP 06029-900 – Osasco, SP  
At.: Sra. Debora Andrade Teixeira / Sr. Douglas Marcos da Cruz  
Tel.: (11) 3684-9492 / (11) 3684-7911 / (11) 3684-7691  
E-mail: [debora.teixeira@bradesco.com.br](mailto:debora.teixeira@bradesco.com.br) / [4010.custodiarf@bradesco.com.br](mailto:4010.custodiarf@bradesco.com.br) /  
[fabio.tomo@bradesco.com.br](mailto:fabio.tomo@bradesco.com.br) / [douglas.cruz@bradesco.com.br](mailto:douglas.cruz@bradesco.com.br) /  
[4010.debentures@bradesco.com.br](mailto:4010.debentures@bradesco.com.br)



(vi) Para a CETIP:  
**CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS**  
Avenida República do Chile, 230, 11º andar  
CEP 20031-170 - Rio de Janeiro, RJ  
Tel: (21) 2276-7474  
Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Alameda Xingu, nº 350, Edifício iTower, 1º andar – Alphaville  
CEP 06455-030 – Barueri – SP  
Tel: (11) 3111-1596

12.1.1. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

12.1.2. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

12.1.3. A mudança de qualquer dos dados de contato do Agente Fiduciário deverá ser por ele comunicada às demais partes. A mudança de qualquer dos demais dados de contato previstos na cláusula 12.1 acima deverá ser comunicada pela Emissora às demais partes.

12.2. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.4. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.5. Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e III do artigo 784 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), reconhecendo as Partes desde já que,

0000000000

independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 815 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.

12.6. Esta Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

12.7. Fica eleito o foro central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 2016.

(ASSINATURAS SE ENCONTRAM NAS 3 (TRÊS) PÁGINAS SEGUINTES)

(RESTANTE DA PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO)

000000

(Página de assinaturas 1/3 da Escritura Particular da 6ª (Sexta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reais, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A.)

CECRISA REVESTIMENTOS CERÂMICOS S.A.

Nome:

**José Zimmermann Jr.**  
Presidente

Cargo:

Nome:

**Paulo Roberto de Souza**  
Diretor Administrativo e Financeiro

Cargo:

00000000

(Página de assinaturas 2/3 da Escritura Particular da 6ª (Sexta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reais, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A.)

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: Yumi F. A. Takahashi  
Procuradora

